



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6599

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Institui Dia, Mês, Semana e Feriado Municipal

Autoria: Valcir Soares Silva

Data: 23/08/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 62/2005. Institui o “Dia da Pessoa com Deficiência” no município de Montes Claros, a ser comemorado anualmente no dia 03 de dezembro. (Referente à Lei nº 3.439, de 15/09/2005).

Controle Interno – Caixa: 15

Posição: 38

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Instituição
α: 15
Ordem: 38
nº fls: 03

62/2005



30.08.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N°_/2005

AUTOR:

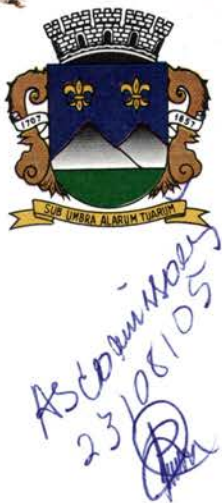
VEREADOR : VALCIR SOARES DA SILVA

ASSUNTO:

Institui o " Dia da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em 23/08/2005**
- 2 - **Comissão de Legislação e Justiça**
- 3 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 4 - *CIA em. 30.08.2005*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

"Acessibilidade a Todos".

PROJETO DE LEI Nº _____/2005

INSTITUI O "DIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituído, no âmbito do Município de Monte Claros, o Dia da Pessoa com Deficiência, a ser comemorado anualmente no dia 03 de dezembro.

§ único – A data comemorativa instituída nesta lei constará do calendário oficial de eventos do Município de Montes Claros.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a fazer parcerias com as entidades representativas das Pessoas com Deficiência, objetivando a comemoração deste dia.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 23 de agosto de 2005.

Valcir Soares da Silva
Vereador
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 23 DE AGOSTO DE 2005
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional.
A. Silva
pau 671
pau 671

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 30 DE AGOSTO DE 2005
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

"Acessibilidade a Todos".

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa homenagear a pessoa com deficiência do Município de Montes Claros e atender a sugestão da ADEMOC- Associação das Pessoas com Deficiência de Montes Claros.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na parte que trata da educação especial das pessoas com deficiência determina que as mesmas sejam inseridas efetivamente na sociedade e no mercado de trabalho, o que tem propiciado significativa interferência nas discussões nacionais e internacionais sobre o tema, daí a preocupação em abrir espaço a essa celebração.

O Município de Montes Claros, segundo a última pesquisa da Fundação Banco do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, possui cerca de 44.000 pessoas com deficiência física, visual, auditiva, múltipla e orgânica, ou seja, quase 15% da sua população. Por que não destinar uma data exclusiva para os festejos, homenagens e conagração entre os iguais?

Projeto semelhante já existe em várias cidades brasileiras, inclusive existe o Dia Nacional do deficiente e o Dia Internacional do Deficiente.


Valcir Soares da Silva
Vereador
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Institui o “Dia da Pessoa com Deficiência” e dá outras providências”, de autoria do Vereador Valcir Soares da Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 26 de agosto de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605